

**A. I. N°** - 178891.9008/07-4  
**AUTUADO** - MERCADINHO D S S LTDA.  
**AUTUANTE** - NELSON LIMA GARCEZ MONTENEGRO  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 17. 11. 2010

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACORDÃO JJF N° 0337-01/10

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. O reconhecimento do débito com o seu conseqüente pagamento integral, implica em extinção do crédito tributário, em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/12/2007, exige ICMS no valor de R\$ 21.139,32, acrescido da multa de 70%, em decorrência de omissão de saída de mercadoria tributada apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, nos meses de julho a dezembro de 2006 e janeiro de 2007.

O autuado ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário (fls. 46 a 59), contudo, de acordo com os documentos acostados às fls. 96 a 99 dos autos, reconheceu o valor total do débito exigido no Auto de Infração, realizando o pagamento integral do débito.

### VOTO

O autuado ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração e efetuar o pagamento integral, desistiu da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto no art. 122, inciso IV do RPAF/99. Em conseqüência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do art. 156, inciso I do CTN e prejudicada a defesa apresentada, devendo os autos ser remetidos à repartição fiscal de origem, para homologação do pagamento.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração n° 178891.9008/07-4, lavrado contra **MERCADINHO D S S LTDA.**, devendo o autuado ser cientificado desta decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem, para fins de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de novembro de 2010.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR

VALMIR NOGUE